



A mineração e os limites geográficos na colonização de Cuiabá e Mato Grosso

MINING AND THE GEOGRAPHIC LIMITS IN THE COLONIZATION OF CUIABÁ CITY AND MATO GROSSO STATE

PEDRO MACIEL DE PAULA GARCIA¹, CAROLINA SANTOS BONFIM²

1 - PROFESSOR ADJUNTO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS, FACULDADE DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CUIABÁ, MT, BRASIL.

2 - DOUTORANDA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, INSTITUTO DE QUÍMICA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF, BRASIL.

E-MAIL: PEDROMPGARCIA@YAHOO.COM.BR, CAROL.SB88@GMAIL.COM.

Abstract: This work explores the relations between mining and the building up of the Mato Grosso state territory through its recently-completed 300 years of colonization. Information from eighteenth (official mails) and nineteenth (newspapers) primary sources, fieldwork, and bibliography were gathered to achieve this goal. This inquiry core is based on historical moments that point to the occupation of relevant mineral resources' regions or migration episodes caused by gold or diamond discoveries. In Mato Grosso, the first occupation of nuclei began and was maintained because of mining. Additionally, they guaranteed the Brazilian territory expansion towards the west in a dynamic of gold and diamond "rushes" that still exist in the present.

Resumo: O presente trabalho objetiva explorar as relações entre a mineração e a construção do território mato-grossense, ao longo de mais de 300 anos de colonização. Para tal, foram reunidas informações obtidas em fontes primárias dos séculos XVIII (correspondências oficiais) e XIX (notícias de jornal), em trabalhos de campo e levantamento bibliográfico. O eixo central de análise baseia-se em momentos históricos que remetem à ocupação de regiões com relevantes recursos minerais ou episódios de migração motivados pela descoberta de ouro ou diamante. Em Mato Grosso, os primeiros núcleos de ocupação foram iniciados e mantidos por causa da mineração e garantiram a expansão do território brasileiro a oeste, em uma dinâmica de "corridas" por ouro e diamantes, que atualmente continua a se repetir.

Citation/Citação: Garcia, P. M. P., & Bonfim, C. S. (2022). A mineração e os limites geográficos na colonização de Cuiabá e Mato Grosso. *Terraê Didática*, 18(Publ. Contínua), 1-16, e022029. doi: 10.20396/td.v18i00.8670731.

Keywords: Mineral Resources, Mineral Colonization, Brazilian Territorial Expansion, Economic Geology, Paleogeography.

Palavras-chave: Recursos Minerais, Colonização Mineral, Expansão Territorial Brasileira, Geologia Econômica, Paleogeografia.

Manuscript/Manuscrito:

Received/Recebido: 09/08/2022

Revised/Corrigido: 15/09/2022

Accepted/Aceito: 30/09/2022



Introdução

A prospecção de recursos minerais está intimamente ligada à colonização e à ocupação do território que atualmente compreende o Brasil. Em sua carta, um dos primeiros documentos oficiais que descreveu os recursos naturais que despertariam os interesses dos colonizadores portugueses, Pero Vaz de Caminha chamou atenção para possíveis ocorrências minerais, como relatado no trecho:

O Capitão, quando eles [indígenas] vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. [...] um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata (Caminha, 1500, p. 6).

Embora o próprio Pero Vaz admita, mais adiante, que não havia evidências de que ali existissem minérios, o seu relato expõe a importância dada à época pela coroa portuguesa e pela missão liderada por Pedro Álvares Cabral aos recursos minerais das regiões a serem colonizadas. No caso de Mato Grosso, a busca e a descoberta de ouro e diamantes foram fatores determinantes para sua ocupação e o estabelecimento de limites em mais de três séculos de colonização, iniciada em 1719 com a ocupação do território que atualmente compreende a capital, Cuiabá. Os eventos culminaram na incorporação das terras mais a oeste à então colônia e viriam a desempenhar um papel fundamental na construção do conhecimento (geo)científico do Brasil.

Atualmente, Mato Grosso possui extensão territorial de 903.207 km², o terceiro maior estado do país, e figura entre os maiores produtores de ouro do Brasil. A produção aurífera está tão intrínse-

camente relacionada à história cuiabana e mato-grossense, que tanto o brasão da capital quanto o do estado fazem referências ao metal (Fig. 1). No brasão do estado observa-se, além de um monte dourado, a inscrição em latim “Virtute Plusquam Auro”, que pode ser traduzida como “Pela virtude mais que pelo ouro”, demonstrando a importância do metal para a história local.

Este trabalho busca compreender as relações entre a configuração atual dos limites de Mato Grosso e a ocupação de seu território impulsionada pela mineração. Considera-se aqui uma análise dos três séculos de colonização do estado, onde procurou-se evidenciar como esses processos mineiros suportaram o desenvolvimento econômico e geocientífico da região. São reunidos dados históricos e geológicos obtidos em consulta bibliográfica, em trabalhos de campo, em documentação manuscrita e notícias de jornais que remetem aos primórdios da colonização da região, estabelecida desde o século XVIII. Este estudo pode contribuir para o entendimento da primordial importância da produção mineral para o estabelecimento e manutenção dos núcleos de ocupação colonial, bem como para a estruturação das Geociências no Brasil.

Um breve sumário sobre a Geologia e os recursos minerais de Mato Grosso

Com uma área comparável a países como Venezuela, Nigéria ou Tanzânia, o estado de Mato Grosso é historicamente um importante produtor de ouro, além de já ter se destacado no mercado de diamantes em períodos intermitentes. Em 2021, o estado arrecadou cerca de 73 milhões de reais de impostos oriundos (aproximadamente 18% da arrecadação nacional) de mais de 4 bilhões gerados pela mineração do ouro (cerca de 15% da produção brasileira), sendo o terceiro estado em produção do minério (ANM, 2021).

Toda a produção de minerais metálicos, assim como todos os depósitos conhecidos desses bens, está associada a terrenos pré-cambrianos (Lacerda-Filho et al., 2004). O mapa da Fig. 2 apresenta os principais domínios geológicos de Mato Grosso, sobrepostos pelas regiões com ocorrências, depósitos e províncias minerais e pelos limites das terras indígenas demarcadas no estado. Além de ouro, são conhecidas concentrações de cobre, chumbo, zinco, manganês, estanho e níquel. Há, ainda, a produção de minerais industriais e para construção



Figura 1. Brasões (a) da Prefeitura de Cuiabá e (b) do Governo de Mato Grosso. No brasão municipal há um monte formado por esferas douradas. Fontes: (a) Prefeitura Municipal; (b) ALMT (s.d.)

civil, não considerada no presente trabalho.

As unidades litológicas mais antigas do estado, de idades arqueanas a mesoproterozoicas, compõem o Cráton Amazônico, que foi edificado por sucessivas colisões de paleoplacas tectônicas ao longo do Proterozoico (Santos et al., 2000, Lacerda-Filho et al., 2004). Grande parte das províncias e depósitos de minerais metálicos do estado está neste domínio, incluindo: (i) a Província Aurífera do Alto Guaporé (PAAG), que inclui os municípios de Pontes e Lacerda, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, no sudoeste do estado; (ii) depósitos de Au-Cu entre Araputanga e Porto Esperidião

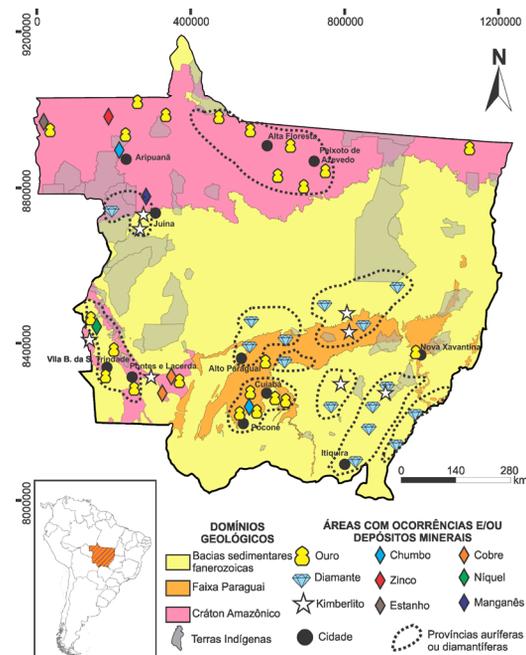


Figura 2. Mapa de ocorrências minerais de Mato Grosso sobrepostos aos principais domínios geológicos. Constam ocorrências de algumas intrusões kimberlíticas (a título de representação das províncias) e os limites das Terras Indígenas do estado. Fonte: Compilado pelos autores com dados de Lacerda-Filho et al. (2004), Nannini et al. (2017), CPRM/SGB (s.d.) e FUNAI (s.d.)

(sudoeste do estado); (iii) a Província Aurífera de Alta Floresta (PAAF), que inclui os municípios de Matupá, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Alta Floresta e Apicás (entre outros), no norte do estado; (iv) depósitos de Zn-Pb-(Au)-(Ag) em Aripuanã, noroeste do estado; (v) depósitos de Mn e diamantes em Juína, noroeste do estado.

Os depósitos de ouro da Baixada Cuiabana (sul do estado), assim como os de Nova Xavantina (a leste), são hospedados por rochas neoproterozoicas, depositadas em um oceano na margem sudeste do Cráton Amazônico (Lacerda-Filho et al., 2004). Devido à sua colisão com outros paleocontinentes, esse oceano foi fechado e as suas rochas intensamente dobradas, falhadas e metamorfizadas (Almeida, 1984, Hasui, 2012). Os litotipos compreendem a chamada Faixa Paraguai, que é representada pelo Grupo Cuiabá no município homônimo (Fig. 3; Migliorini, 2000, Beal et al., 2017).

Na região, as camadas rochosas depositadas em paleoambientes marinhos e glaciais estão verticalizadas, metamorfizadas e, frequentemente, encontram-se truncadas por veios e filões auríferos (Silva et al., 2002). Além de ocorrências de ouro documentadas desde o início da colonização, depósitos auríferos ainda são lavrados atualmente em garimpos e minas em Cuiabá, fazendo com que seja a única capital brasileira com produção ativa de minerais metálicos. As concentrações auríferas estão distribuídas por toda a região metropolitana de Cuiabá, incluindo o perímetro urbano e as zonas rurais dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

No município vizinho de Santo Antônio do Leverger, em rochas metassedimentares do Grupo Cuiabá intrudidas pelo Granito São Vicente, é conhecida a jazida de Pb-(Zn) Rancho (Souza et al., 2021). Ao contrário dos minerais metálicos, diamantes foram encontrados e produzidos em terrenos de idades diversas, prin-

cipalmente sobre as bacias sedimentares fanerozoicas, em diversas regiões de Mato Grosso. Além dos diamantes, 117 ocorrências de kimberlitos são conhecidas, sendo o segundo estado com mais intrusões kimberlíticas no país (Nannini et al., 2017). Dentre os recursos minerais conhecidos, os diamantes são os que mais se aproximam, sobrepondo-se localmente (em Juína), a terras indígenas demarcadas.

Atividades mineiras nos primórdios da colonização

O território que atualmente compreende o estado de Mato Grosso é povoado desde a Pré-História por populações indígenas. Segundo os dados do último censo (IBGE, 2010), tais populações compreendiam, em 2010, cerca de 51.000 habitantes de 43 etnias. Santos (2007) considera que o

(...) território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de suas existências (Santos, 2007, p. 13)

Desse modo, a construção histórica do que é atualmente delimitado como estado de Mato Gros-

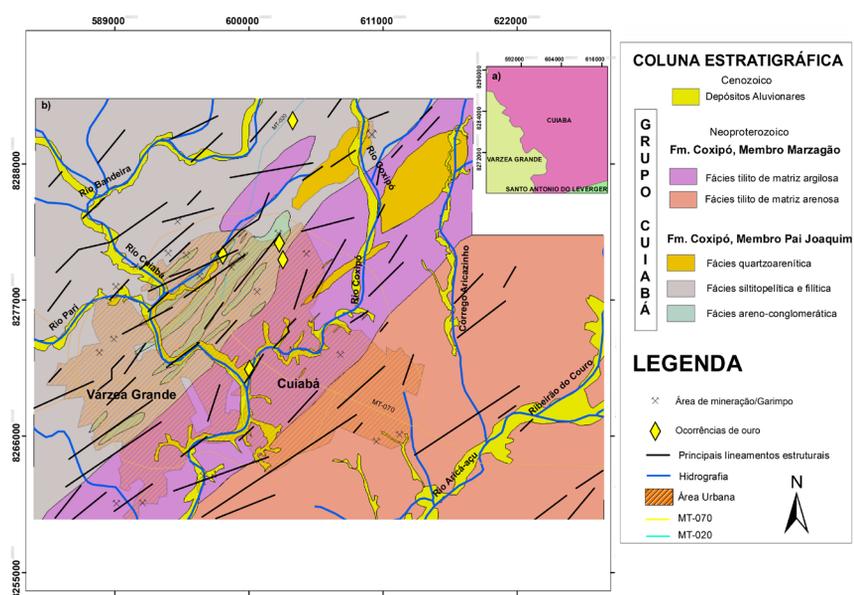


Figura 3. a) Limites dos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Santo Antônio do Leverger. b) Mapa geológico de Cuiabá e Várzea Grande, com ocorrências e locais de produção aurífera. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em novos dados de campo, no mapa de Migliorini (2000) e nas unidades litoestratigráficas de Beal et al. (2017)

so remete aos primeiros núcleos de ocupação sob o domínio da coroa portuguesa. A compreensão está alicerçada no entendimento de que as etnias indígenas habitavam diferentes regiões como nações independentes e que o modelo eurocêntrico de exploração do território teve início com a invasão da região por descendentes de portugueses.

Um dos registros mais antigos de colonizadores no estado corresponde à expedição do navegador português Aleixo Garcia [?-1525]. Na década de 1520, após indicações da existência de ouro e prata na região por indígenas do atual território catarinense, ele atravessou o *Gran Chaco*, chegou aos domínios do Império Inca e, embora não tenha retornado, enviou notícias e prata (Corrêa, 1968, Presotti, 2008, Eschwege, 2011). Os relatos fomentaram expedições em busca de riquezas para a região atualmente denominada de Pantanal (Costa, 1999).

As buscas por “serras de ouro e prata” motivaram outras incursões para oeste e norte do Brasil, destacando a bandeira com 60 homens armados comandada por Manoel de Campos Bicudo em companhia do seu filho Antônio Pires de Campos que, na procura da Serra dos Martírios, fez menção ao rio que posteriormente ficou conhecido como Cuiabá (Presotti, 2008). A expedição prosseguiu viagem e chegou até a cabeceira do Rio Tapajós, no atual extremo norte de Mato Grosso. Manoel de Campos Bicudo é considerado o bandeirante pioneiro a atingir a atual região de Cuiabá, entre 1673 e 1682 (Siqueira, 2009).

Assim como os bandeirantes que os sucederam, os Campos fizeram a jornada predominantemente por vias fluviais, remando em direção às cabeceiras dos rios (normalmente iniciando pelo Tietê), embrenhando-se nas matas para cortar caminhos, aponta Lima (2010). O autor afirma que as “monções cuiabanas”, como eram chamadas as vias fluviais que ligavam o Rio Tietê ao Vale do alto Paraguai, eram utilizadas desde antes da fundação da Vila de Cuiabá. As expedições levavam anos, frequentemente ultrapassando uma década de duração. As partidas de Cuiabá ou São Paulo, que primeiramente ocorriam entre o final de maio e o início de junho, logo após um período de chuvas intensas e anteriormente às secas, passaram a ser anuais com o avanço da colonização (daí o nome “monções”; Presotti, 2008). Na época, o oeste brasileiro era domínio da coroa espanhola, segundo o Tratado de Tordesilhas (Fig. 4; Corrêa, 1968, Prado-Júnior, 1961).

Apesar de ilegal, a atividade dos bandeirantes não era reprimida pela coroa portuguesa, que tinha

interesses em expandir o território brasileiro para oeste. Da mesma forma, a violenta caça aos indígenas, legalmente proibida desde 1680, não era punida e era praticada livremente pelos bandeirantes, já que ia ao encontro dos interesses da coroa (Esselin, 2019). A escravização de indígenas, chamados de “negros da terra” pelos colonizadores, era o que atraía primordialmente homens ao interior, visto que essa força de trabalho era de mais fácil obtenção do que o lucro pela incerta descoberta de ouro ou diamantes (Pacheco-Neto, 2015). No início do século XVIII, os bandeirantes, originários da capitania de São Paulo (especialmente de Sorocaba, no caso dos que desbravaram Mato Grosso), cumpriam a função de dominar e colonizar o oeste brasileiro, assim ampliando o território sob tutela da coroa portuguesa.

Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme [1674-1730] e sua comitiva, com informações de Antônio Pires de Campos sobre aldeias populosas, chegam ao atual território cuiabano em busca de índios Coxiponés para preá-los ilegalmente e acidentalmente descobrem grandes pepitas de ouro em cascalhos dos barrancos às margens do Rio Coxipó (Corrêa, 1968). Além dessa, ao menos mais quatro bandeiras estavam na região, relata Jesus (2018). A autora narra que a bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontrou a chamada *aldeia velha*, às margens do Rio Coxipó, destruída e subiu o rio até onde descobriu



Figura 4. Limites do Brasil, segundo os tratados de Tordesilhas (1494) e Madri (1750) e das repartições de Cuiabá e Mato Grosso durante o Brasil colonial. Constam os atuais limites do Brasil e de Mato Grosso, além dos principais rios (incluindo o Cuiabá e o Guaporé) e algumas capitais. Fonte: Adaptado pelos autores de IBGE (2017), Rosa e Jesus (2003), Presotti (2008) e Chaves (2014)

ouro, iniciando o Arraial de São Gonçalo Velho. A população indígena que habitava os entornos desses aluviões auríferos era essencialmente sedentária e agricultora e, à primeira vista, considerada “menos bárbara” pelos portugueses (Esselin, 2019).

Após as primeiras notícias, a chegada de um grande número de mineradores fez com que o ouro fosse rapidamente exaurido, o que levou à exploração rumo às cabeceiras do Rio Coxipó e à descoberta de um novo depósito, culminando na fundação do Arraial da Forquilha (Siqueira, 2009). A localização do arraial é incerta, sendo apontado como o atual Coxipó do Ouro (Romancini, 2005) ou o Arraial de São Gonçalo (Silva, 1995). O ouro teria sido encontrado por garotos cozinheiros que lavavam pratos no Ribeirão do Mutuca. Após seguir as pistas, maiores concentrações auríferas no Rio Coxipó foram descobertas. Os relatos iniciais descreviam o ouro abundante de tal modo que era extraído com as mãos e paus pontudos (Abreu, 2009, Eschwege, 2011).

Segundo Jesus (2018), Pascoal Moreira Cabral estava na região desde 1716 e possivelmente decidiu comunicar a descoberta das minas de ouro em 1718 após se encontrar com a bandeira de Antônio Pires de Campo, como uma forma de garantir sua ascendência política e direitos sobre o território. Relatos apontam que Pascoal Moreira Cabral foi eleito, aos gritos em meio à selva, comandante da região de Cuiabá. A ata de fundação de Cuiabá, datada de 8 de abril de 1719, faz menção direta à descoberta do ouro:

No mesmo dia e ano atrás nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mor Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mor regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de *ouro*, socavar e examinar e composições aos *mineiros* e botar bandeiras tanto a *minas* como nos inimigos bárbaros... (Silva, 1995, p. 12, grifo nosso).

Vale salientar que os “inimigos bárbaros” aludidos na ata eram as populações indígenas que habitavam o local. Entre 1718 e 1721, a extração do ouro aluvionar, que ocorria nas então chamadas “jazidas de lavagem”, às beiras do Rio Coxipó era a principal atividade econômica da recém povoada região. A escassez do chamado “ouro fácil”, no entanto, fez com que a ocupação fosse cada vez menor. O povoamento oriundo do *rush* pós-descoberta das minas de Cuiabá foi pequeno e de curta duração, com cerca de 4.000 indivíduos entre 1719 e 1726 (Lima, 2010).

Os ciclos de descobrimentos focados em jazidas e aluviões pequenos, em comparação a Minas Gerais, faziam que o afluxo migratório fosse mais rápido e mais restrito, contribuindo com o caráter isolado de Mato Grosso (Prado-Júnior, 1961).

Do estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais à formação do estado de Mato Grosso

A descoberta acidental de ouro no Córrego da Prainha, em 1722, por duas crianças indígenas escravizadas por Miguel Sutil de Oliveira [?-1764] que estavam buscando mel, foi responsável pela mudança do centro do arraial (Setúbal, 1954, Siqueira, 2009, Presotti, 2008). As “Lavras do Sutil”, como ficaram conhecidas, representaram a maior descoberta aurífera até então e foram responsáveis pela migração à área onde se iniciou a urbanização de Cuiabá (Santos, 2018). O deslocamento em 1722 fez com que o antigo centro da vila, o Arraial da Forquilha, deixasse de existir em 1723.

Neste novo centro, que atualmente corresponde às imediações da Igreja do Rosário e São Benedito em Cuiabá, a ocupação ampliou-se, tendo sido pessoalmente reconhecida como Vila Real do Senhor Bom de Cuiabá, em 1º de janeiro de 1727, por Rodrigo César de Meneses, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo (Corrêa, 1968, Jesus, 2012). Esta igreja preserva amostras com ouro em seu interior, cujas paredes estão cobertas com cascalho aurífero do Córrego da Prainha (Costa et al., 2021a). Outras construções coloniais vizinhas apresentam elementos da geodiversidade local, sendo frequente a utilização de fragmentos de veios de quartzo, fonte primária do ouro em Cuiabá, como revestimento (Silva et al., 2002, Costa et al., 2021b). Em campo, nota-se ainda que os morros, especialmente os ocupados por igrejas jesuíticas, são geomorfologicamente estruturados por veios de quartzo auríferos, o que demonstra o poder do clero sobre a sociedade e seu papel gestor dos recursos minerais à época (Santos, 2018).

Em 1734, a bandeira liderada por Fernando Paes de Barros, seguindo rota terrestre para oeste de Cuiabá (Lima, 2010, Jesus, 2012), descobre as minas de Mato Grosso, na atual cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Estas minas, que compõem a Província Aurífera do Alto Guaporé, no vale do rio homônimo, viriam a ser repartidas apenas em 1736, como aponta o geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege [Barão de Eschwege; 1777-1855].

Na obra *Pluto Brasiliensis*, publicada originalmente em 1833, Eschwege (2011) entrelaça narrativas históricas, dados econômicos e geológicos das jazidas conhecidas no Brasil no início do século XIX. Suas publicações são consideradas as primeiras descrições geológicas dos recursos minerais brasileiros e resultam de extensiva pesquisa de campo que realizou a serviço da coroa portuguesa, entre 1808 e 1821. No livro, Eschwege (2011) dedica um capítulo à “descoberta, extração e apuração do ouro na Província de Mato Grosso” e, além de citar a produção diamantífera e presença de salitre em cavernas da província, descreve pioneiramente a mineralogia e os sedimentos de aluviões dos quais era extraído ouro.

A denominação “minas de Mato Grosso” faz referência à “vegetação pujante entre o Jaurú e o Guaporé” (Corrêa, 1968, p. 216), no sudoeste do estado. Nos anos que sucederam a descoberta, centenas de trabalhadores escravizados foram responsáveis pela produção aurífera do Alto Guaporé, chegando a maior das minas a contar com mais de 600 deles (Rosa, 2009). Segundo o autor, a maior ocupação das forças de trabalho na região correspondia às minas, o que incluía variadas atividades como caminhadas, preparação de ferramentas, do local de acampamento, abertura de caminhos e a lavra em si.

A mineração no Guaporé foi favorecida por novas rotas descobertas ainda em 1734 e, mais isolada que Cuiabá, sofreu de mesmas misérias, como naufragos, fome, ou mesmo mortes por feras (Abreu, 2009). Além de futuramente dar nome à província e ao estado, a Vila de Mato Grosso tornou-se o núcleo de ocupação mais a oeste, garantindo a ocupação portuguesa da região. Até hoje, nos municípios da região da PAAG há produção de ouro, tanto por empresas quanto por garimpeiros.

Em um contexto mais amplo, a mineração de ouro (1701-1780) e posteriormente de diamantes (1740-1828) foi responsável por atrair uma nova população (mais de 300 mil pessoas) e articular à economia nacional uma área previamente inexplorada do interior do Brasil, incorporada como territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, estima Ribeiro (2015). O autor relata que as descobertas de ouro e diamantes nestas regiões foram responsáveis por intenso fluxo de imigrantes de todo o Brasil e Portugal, fazendo com que, até 1750, áreas que eram praticamente desertas se convertessem na porção mais densamente povoada do continente americano.

Aliada à dispersão das fazendas de gado, a mineração exerceu papel primordial na penetração do povoamento pelo interior da colônia, aponta Prado-Júnior (1961). O autor salienta que o povoamento resultante da mineração tinha características próprias, que bruscamente faziam com que trabalhadores rumassem do litoral para o interior, sem contiguidade da expansão, com núcleos mineradores afastados dos pontos de partidas das correntes migratórias. Neste âmbito, a exploração de riquezas minerais resultava em deslocamentos abruptos que modificavam o arcabouço demográfico da colônia.

Adicionalmente à ocupação primariamente motivada pelas minas de ouro, a descoberta de diamantes no Alto Rio Paraguai atraiu a atenção de garimpeiros a partir da década de 1740. A produção de ouro e diamantes na região foi um assunto frequente e de primeira preocupação da coroa portuguesa.

Dos 1.006 documentos (principalmente correspondências oficiais) do Conselho Ultramarino consultados para análise paleográfica e preservados em microficha no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 226 (cerca de 22%) fazem menção direta ou indireta à mineração¹. Este conselho foi criado no ano 1642 em Portugal, pelo rei D. João IV [1604-1656] e lidava com questões administrativas e financeiras, inicialmente, da África e da Índia portuguesas e depois de todos os territórios ultramarinos, incluindo o Brasil (Maltez, 2009). A Fig. 5 expõe alguns trechos de documentos do acervo, de 1726 a 1748.

Em provisão do rei D. João V [1689-1750] de 10 de julho de 1726 ao então governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, Cuiabá é referida como “minas”: “Nestas minas donde leu a ordem del Rey em doze de Dezembro do ano passado, vinda na frota do Rio de Janeiro mandei dizer, registrar e fazer publicar por hum...” (Fig. 5a; MF 2, Doc. 18²). O documento responde a um requerimento feito por moradores da capitania que dizem não poderem desbravar os sertões nem fazer novos descobrimentos de ouro sem “gentio”, termo utilizado para se referir às pessoas indígenas.

Como resposta, a coroa portuguesa concedeu

- 1 A menção foi considerada a partir da presença dos termos: mina(s), mineração, minerar, minerais, extração, exploração, descobrimento, descoberto, ouro, diamante(s), pedrinhas, quinto(s).
- 2 À título de informação constam os números da microficha (MF) e do documento (Doc.) consultados no NDHIR-UFMT, localizado no campus Cuiabá da universidade.

a administração das terras e minas àqueles que as conquistassem. A referência a Cuiabá, Mato Grosso e Goiás (ou Vila Boa) como “minas” é recorrente nessas correspondências, o que denota a importância dada pela coroa às atividades mineiras nos principais centros urbanos do oeste do Brasil no século XVIII.

Na carta do então ouvidor de Cuiabá, José de Burgos Vilalobos, ao rei de Portugal (referido como S.M., abreviação de “sua majestade”), datada de 07 de abril de 1731, são narradas as mortes causadas pelo “gentio da nação Paresis [que] tem feito alzoço, morde e impede as bandeiras passem aquele certão a descobrimentos de ouro...” (Fig. 5b; MF 5, Doc. 71). O ouvidor salienta que o “gentio”, ou gente não civilizada, come carne humana e impede novas descobertas de ouro e solicita providências, enfatizando a necessidade de serem estabelecidas povoações para a continuidade da exploração do ouro. Essas duas correspondências evidenciam que os indígenas, habitantes originais da região, representavam problemas para os colonizadores nos anos iniciais de ocupação, quando resistiam ao trabalho escravo nas minas de ouro ou quando revidavam aos invasores com violência.

Relatos indicam que, apesar de à época milhares de colonizadores terem sido vitimados em resposta à violência que impunham aos indígenas (Ribeiro, 2015), os invasores eram extremamente dependentes da escravidão dos nativos, que lhes eram essenciais como guias para desbravar os sertões para descobrir ouro e diamantes (Esselin, 2019). Isso não eliminava a mão-de-obra de pessoas africanas escravizadas, que foram responsáveis pela introdução de equipamentos e métodos de seleção do cascalho (como bateias) nas minas dos bandeirantes (Ramos, 2000). As técnicas da extração de ouro foram reproduzidas nos garimpos de diamantes de Mato Grosso, nos quais a bateia só veio a ser substituída pela peneira na década de 1940 (Barrozo, 2007).

A ocupação dos territórios a oeste e suas relações com as minas de ouro é documentada na carta do ouvidor da vila de Cuiabá, João Antonio Vaz Morilhas, de 20 de outubro de 1752: “No termo da ordem de V^a Magestade de 5 de agosto de 1746 me pus prompto p^a ir as Minas de Mattogrosso assistir a fundação dessa nova v^a [vila]...” (Figura 4c; MF 78, Doc. 784). O ouvidor informa não haver cumprido a ordem da coroa de assistir à fundação da nova vila (em 1746), porque o governador a suspendeu. O ouvidor relata ter recebido notícias de que a vila se

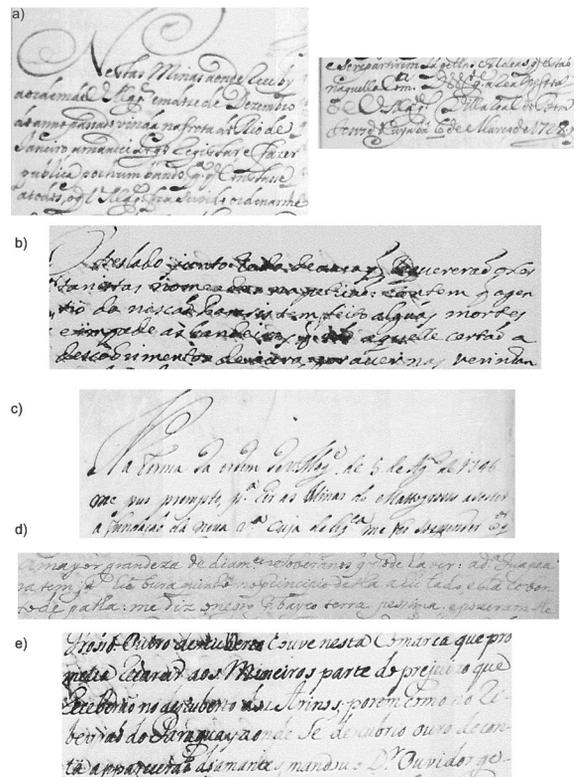


Figura 5. Documentos manuscritos do período colonial (1726 a 1748) que fazem menção à mineração em Cuiabá e Mato Grosso. Ver texto para explicação. Fonte: Compilado pelos autores. Material disponibilizado pelo NDHIR-UFMT

levantou em 19 de março de 1752, na localidade de Pouso Alegre, às margens do Rio Guaporé. Esta data marca a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso (Fig. 5c), além de consolidar o domínio português na região (Correa, 1968). Nesta vila (atual município), há evidências e relatos de uma economia mineradora paralela mantida por faisca-dores e garimpeiros quilombolas, que mineravam e negociavam ouro na região do Alto Guaporé, como parte de suas táticas de resistência e contraposição à estrutura opressora escravista, nos séculos XVIII e XIX (Rosa, 2009).

A arrecadação resultante da mineração de ouro era feita pela intendência da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, documentada e informada para o governo da capitania e, em seguida, para a coroa portuguesa. Entre 1736 e junho de 1738 o resumo da importância do ouro aponta para aproximadamente 6.000 grãos arrecadados do metal (Fig. 6). Pinto (1975) contabiliza uma produção de cerca de duas toneladas de ouro em Mato Grosso nessa década, sendo a maior parte na sua segunda metade.

A descoberta de diamantes em Mato Grosso se relaciona diretamente com os primórdios da produção dessa gema no Brasil colonial, que rapidamente ganhou destaque no contexto global. Durante grande parte da história humana (desde cerca de 2.000 a.C.), os diamantes eram encontrados apenas em depósitos aluvionares (recentes ou antigos) na Índia, até a descoberta de cascalhos diamantíferos em Minas Gerais em 1726 (Kaminsky, 2007, Field et al., 2008), fato que se repetiria em Mato Grosso alguns anos depois. Conclui-se que o achamento de diamantes fora da Índia representou um ponto de inflexão para o conhecimento geocientífico da época, uma vez que foi demonstrado que a ocorrência do mineral não estava restrita ao referido país asiático.

Há diferentes versões sobre a descoberta de diamantes em Mato Grosso, que divergem em termos de datas e locais, concordando, porém, que se deu nas cabeceiras do Rio Paraguai (Barrozo, 2007, Barrozo, 2015). Uma das versões credita o feito a Gabriel Antunes Maciel, o descobridor das minas do ribeirão do ouro, em Diamantino, em 1728 (Selvaggi, 1954). Sá (1975) relata a descoberta pelo Mestre de Campo Antonio de Almeyda Falcão e seus filhos, no ano de 1745, das minas do Arinos. Outra versão aponta Pinho de Azevedo como responsável por encontrar diamantes em 1747 (Barrozo, 2015). Essas notícias atraíam uma população seduzida pela promessa de riqueza fácil, que era predominantemente pobre, mestiça, parda, considerada como “peso morto”, e incluíam indivíduos que trabalhavam como remadores, guias, caçadores, agricultores, garimpeiros e faiscaidores, sem perspectiva de mobilidade social ascendente (Barrozo, 2007).

Em carta de 16 de setembro de 1747 escrita pelo alferes de dragões Luis Pimentel de Souza ao capitão de dragões Antonio de Sá Pereira e Doutor Intendente e Provedor da Fazenda Real, são dados detalhes sobre expedição para descoberta de diamantes nas cabeceiras do Rio Paraguai: “(...) mayor grandeza de diamantes sobre nos rios de lá...” (Fig. 5d; MF 52, Doc. 452). Em outra correspondência, de 10 de junho de 1748 para o governador da capitania de São Paulo, D. Luiz Mascarenhas apresenta notícias sobre a capitania, a extração do ouro nas minas e uma descoberta de diamantes no “ribeirão do” Paraguai: “(...) ouve nesta comarca que prometia reparar aos mineiros parte dos prejuízos que receberão na descoberta de Arinos, porém como no Ribeirão do Paraguai aonde se descobriu ouro

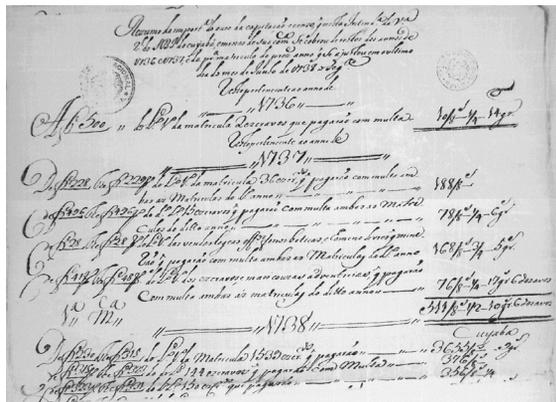


Figura 6. “Resumo da importancia do ouro da Capitação e censo, que esta Intendencia da Villa Real do S.B.J. do Cuyabá e minas de sua comarca se cobrou de restos dos annos de 1736 e 1737 e da primeira matricula do presente anno que se ajustou em ultimo dia do mez de Junho de 1738 e Segº resto pertencente ao anno de 1736”. Fonte: NDHIR-UFMT

e de conta aparentemente diamante, mandou o Dr. Ouvidor” (Fig. 5e; MF 52, Doc. 450). Possivelmente, o ribeirão mencionado na correspondência se refere ao corpo d’água atualmente denominado como Rio Paraguai.

O “Destacamento de Diamantes do Paraguai” foi criado em 1751 e, sob mando da coroa, tinha o objetivo de reprimir os produtores de diamantes (O Archivo, 1904³ apud Barrozo, 2015). Nesse contexto, tendo ainda, além de Minas Gerais e Mato Grosso, a Bahia como polo diamantífero, o Brasil ocupou a posição de maior produtor mundial de diamantes entre 1750 e 1870, sendo bem menos expressivo no cenário global desde então (Tappert et al., 2006, Janse, 2007). Apesar do grande volume produzido, a subvalorização do trabalho, resultante do regime escravocrata, permitia que as pedras fossem vendidas por valores irrisórios. N’O Capital, Marx (2013), ao citar Eschwege, salienta que oitenta anos de riqueza resultante dos diamantes do período colonial não supera o valor lucrado em um ano e meio de produção de café ou cana-de-açúcar, em 1823. Esse cenário não diferia do que ocorreu com a riqueza produzida pelo ouro no século XVIII, escoada por Portugal à Inglaterra, por conta do Tratado de Methuen, que reduzia as taxas do vinho e azeite portugueses em troca de

3 O ARCHIVO, coleção Memórias Históricas, vol. 3, ano I, Cuiabá, MT. Imprensa Oficial do Estado de MT, 1904. Informações Ministradas ao Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, por João Baptista Prudêncio, sobre o município do Alto Paraguay-Diamantino, em carta com data de 07.03.1854.

manufaturas da Inglaterra, engordando as contas de banqueiros londrinos (Ribeiro, 2015).

O reconhecimento do domínio português sobre a região oeste do Brasil veio com o Tratado de Madri (1750; Fig. 3), posteriormente ratificado pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Mesmo antes da oficialização do domínio ocidental do Brasil, a capitania de Mato Grosso foi criada em 1748 (Jesus, 2012) e sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752 (Correa, 1968). Mesmo em fontes oficiais, era comumente referida como “capitania de Cuiabá e Mato Grosso”, que expunha a rivalidade entre os dois núcleos urbanos, Vila Bela e Cuiabá, localizados em dois vales mineradores, Guaporé e Cuiabá, com duas rotas de abastecimento, a amazônica e a paulista monçoeira, e que escoavam a produção aurífera por dois diferentes portos, Belém e Santos (Lima, 2010). Vila Bela, no entanto, foi um núcleo minerador que nunca se desenvolveu propriamente e era mantido por sua posição estratégica, próxima à fronteira do Brasil (Prado-Júnior, 1961). Cuiabá sempre exerceu o papel de centro comercial e foi reconhecida como cidade apenas em 17 de setembro de 1818, tornando-se a capital da província de Mato Grosso em 28 de agosto de 1835. A denominação “estado de Mato Grosso” foi adotada no início da Primeira República, em 1899.

Em 1796, a desocupação do vale do Guaporé fez com que o governo transferisse apoio civil e militar para o distrito de Cuiabá, favorecendo a ocupação do vale do Alto Paraguai (Lima, 2016). Em 1798, o governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro [1748-1827] solicitou à coroa portuguesa, que as minas de diamante da região fossem franqueadas (Barrozo, 2015). O monopólio da exploração dos diamantes pela coroa, segundo Prado-Júnior (1961), ensejou o aparecimento do garimpeiro, à margem da lei, perseguido pela administração, porém com a simpatia do povo. Ribeiro (2015) pondera que o monopólio real, resultante do impulso fiscal da coroa sobre as atividades mineiras, foi responsável pela condenação de garimpeiros em contrabandistas. Barrozo (2015) narra que, em 1809, foi criada a Junta de Diamantes em Cuiabá, para onde as pedras deveriam ser levadas e, na década seguinte, garimpeiros chegaram a Guiratinga e Tesouro em busca delas. Entre as décadas de 1780 e 1830 as populações dos vales de Cuiabá, Diamantino e Vila Bela da Santíssima Trindade, respectivamente, variaram de cerca de 14.000 para 21.000, de 500 para 8.000 habitantes

e de 8.000 para 7.000 (Assis, 1994), ratificando a migração política e populacional do sudoeste para o centro-sul da província.

Diamantino, fundada em 1820, tornou-se o segundo maior núcleo urbano da província cinco anos depois, porém ao final da década, com sinais de esgotamento do diamante (no Alto Paraguai) e do ouro (no vale do Guaporé), o afluxo demográfico se retraiu na província (Florence, 1977). A produção diamantífera, já em decadência, ainda foi afetada pela Rusga, em 1834, e pela proibição do tráfico negreiro, em 1850 (Barrozo, 2015). A Rusga foi um evento político, que culminou em mobilizações armadas, cujo principal objetivo era assassinar portugueses residentes na província de Mato Grosso, segundo Lima (2016). O autor aponta que foi engendrada por homens com assento nos espaços de representação política, responsáveis por emitir documentos oficiais para legitimar a execução de “adotivos” (nascidos em Portugal), resultando na morte de 40 a 50 homens no interior da província.

O garimpo de ouro, ainda que decadente, continuou ocorrendo episodicamente nos vales do Cuiabá e Alto Paraguai ao longo do século XIX. Alternativamente, permaneceu buscando por novas fronteiras, exemplificadas pela descoberta de aluviões auríferos próximos a veios mineralizados, como o filão do Araés em Nova Xavantina, entre as décadas de 1810 e 1830 (Eschwege, 2011, Silva et al., 2018). A escassez dos recursos em aluviões auríferos volta as atenções às mineralizações primárias, que começam a ser produzidas em 1817, com a aprovação dos estatutos da Primeira Companhia de Mineração de Cuiabá (Machado & Figueirôa, 2020). Este novo tipo de produção, voltado agora aos depósitos primários (em rocha), fez emergir novos conhecimentos sobre as mineralizações auríferas da região, além de ampliar as possibilidades para depósitos não aflorantes, próximos à superfície. No início daquele século, as novas fronteiras minerais tinham como obstáculos o clima insalubre, além do contrabando do metal, que escoava a maior parte da produção para a Bahia, onde o ouro era vendido a preços superiores aos oficiais (Eschwege, 2011).

O crescimento populacional da província foi retomado com o maior desenvolvimento de outras atividades econômicas: a pecuária, seguida pelo extrativismo (erva-mate, poaia e borracha) e pela agricultura (principalmente cana-de-açúcar), aponta Lima (2010). O autor expõe que, a partir da década de 1830, a expansão territorial se dá em

direção ao sul (atual Mato Grosso do Sul), por meio da abertura da navegação no Rio Paraguai e com o inédito escoamento da produção para o mercado mundial, por intermédio da bacia do Prata. Na região a sul da então província, que corresponde à atual Corumbá, rochas sedimentares ricas em ferro e manganês foram descritas por D'Orbigny, em 1842, Fonseca, em 1880, e Evans, em 1894 (Klein & Ladeira, 2004). A exploração do minério remonta ao período imperial, à época da Guerra do Paraguai, com concessões de lavra datadas de 1876 (Lacerda-Filho et al., 2006).

Assis (1994) estima que a população da capitania (e então província) de Mato Grosso aumentou de 10 para 30 mil entre 1770 e 1825 e até 1850 passou dos 50 mil habitantes. Lima (2010) estima que a população de indivíduos livres variou entre 16 e 54 mil, entre os anos de 1800 e 1874, enquanto os escravizados diminuíram de 12 para 7 mil no mesmo período em resposta ao arrefecimento das atividades mineiras. Em termos gerais, no início do século XIX, Mato Grosso, assim como Goiás, sofreu os efeitos da decadência da mineração, com o despovoamento de áreas de produtoras (Prado-Júnior, 1961).

Nesse contexto, na Câmara dos Deputados do Império, os limites de Mato Grosso e as províncias vizinhas⁴ ainda era discutido. A Fig. 7, que apresenta uma notícia do jornal do Partido Conservador “A Situação” de 12 de setembro de 1869, relata uma discussão na Câmara dos Deputados de um projeto sobre a demarcação dos limites entre as províncias de “Goyaz e Mato-Grosso”. A notícia dá destaque à fala do deputado de Mato Grosso pelo Partido Conservador, José Maria da Silva Paranhos Júnior [1845-1912] – posteriormente nomeado “Barão do Rio Branco” –, que se opõe às pretensões de posse pela província de Goiás das terras banhadas pelos rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari e das Mortes. Nela, é mencionada a fundação de Cuiabá (em 1719), o início do povoamento de Goiás (1726) e a provisão que criou as duas capitanias, em 9 de maio de 1748. Apesar das discussões, as divisas entre Mato Grosso e Goiás permaneceram inalteradas desde então, sendo as principais alterações no território mato-grossense estabelecidas pela criação dos atuais estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia, na segunda metade do século XX.

4 A denominação “estado” para as províncias brasileiras de então, incluindo Mato Grosso, passa a ser adotada após a Proclamação da República, em 1889.

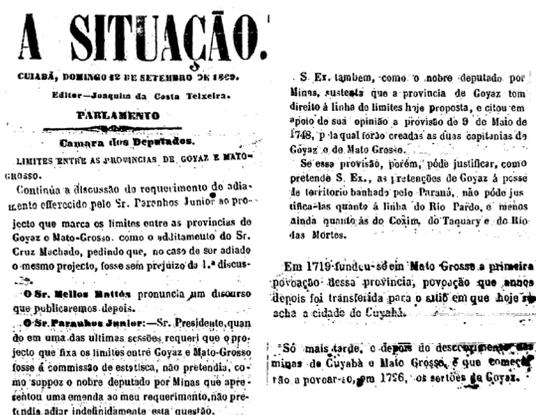


Figura 7. Notícia do jornal de Cuiabá “A Situação” de domingo, 12 de setembro de 1869. Relata discussões na Câmara dos Deputados sobre projeto que demarca os limites entre as províncias de “Goyaz” e “Mato-Grosso”. Fonte: Compilado pelos autores. Material disponibilizado pelo NDHIR-UFMT

Apesar de menos importante que no século anterior, a mineração ainda era um setor econômica e politicamente relevante na província de Mato Grosso no século XIX. Outra edição d’A Situação, de 8 de agosto de 1872, traz apontamentos para a Exposição Universal de Viena, de 1873 (Fig. 8). Esta edição da exposição universal, a primeira em duas décadas fora do eixo Londres-Paris, constituiu-se como um espaço privilegiado para eventos temáticos, voltados a questões pertinentes a relações econômicas (Malavota & Martins, 2021). Dentre os diversos setores produtivos convocados, destacam-se as instruções referentes ao “Reino” e à “Indústria Mineral”.

O comunicado registra os recursos minerais conhecidos, não apenas em Mato Grosso, como também em outras províncias. Além do diamante e ouro extraídos de cascalhos em Mato Grosso, são exigidas amostras de lavras auríferas de Goiás e do Maranhão. Ainda, são solicitadas amostras de rochas com cobre das províncias de Mato Grosso e Rio Grande (atual Rio Grande do Sul) e citada a existência de minerais cupríferos em Minas, Bahia e Ceará. Garcia et al. (2021) relacionam a ocorrência de cobre descrita em Mato Grosso ao depósito de Morro do Cobre, em Porto Esperidião, documentado desde 1746 por Francis de Castelnau (Miranda, 1997). Os autores salientam que, dos depósitos citados nesta notícia, alguns configuram minas de cobre historicamente relevantes para a indústria mineral brasileira, como Camaquã (Rio Grande do Sul) e Pedra Verde (Ceará). Na mesma notícia,

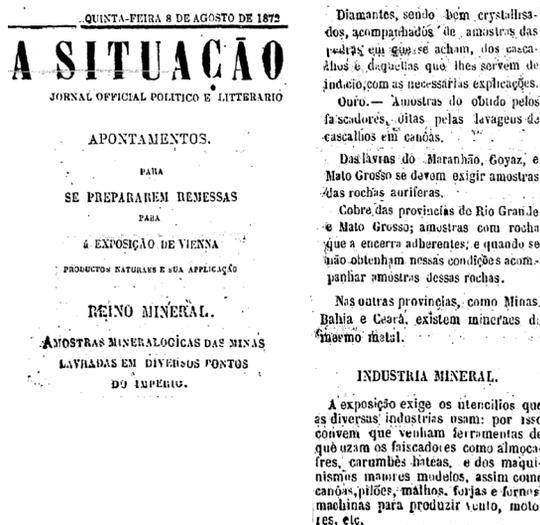


Figura 8. Notícia do jornal de Cuiabá “A Situação” de quinta-feira, 8 de agosto de 1872. Traz apontamentos para a Exposição Universal de Viena, que viria a ocorrer no ano seguinte. Aqui, são destacados os trechos que remetem a recursos minerais. Fonte: Compilado pelos autores. Material disponibilizado pelo NDHIR-UFMT

também são pedidos utensílios da indústria mineral, que indicam um início de mecanização deste setor no Brasil Imperial (“canoas, piões, malhos, forjas e fornos, machinas para produzir vento, motores, etc.”). A convocação revela o conhecimento já estabelecido sobre os jazimentos minerais da então província e do Brasil, além da relevância que a atividade mineral exercia tanto em termos econômicos quanto políticos.

A mineração em Mato Grosso nos séculos XX e XXI

O século XX trouxe intensas transformações no território mato-grossense, que teve seus limites alterados três vezes antes de chegar aos contornos atuais. A retomada da atividade garimpeira na Baixada Cuiabana no início do século atingiu regiões de produção aurífera histórica, como o Coxipó do Ouro, onde ainda hoje restam modificações na paisagem resultantes da mineração colonial (Fig. 8a). Das primeiras décadas dos anos 1900, restam evidências da atividade garimpeira semimecanizada, como ferramentas e embarcações encalhadas (Fig. 8b). Os moradores mais antigos da região relatam que as balsas suportavam entre quatro e seis homens trabalhando, incluindo espaço para cozinha. Tais vestígios compõem um passivo de três séculos de mineração predatória, desenvolvida,

em sua maioria, quando não havia nenhum tipo de regulação ambiental. Grande parte da destruição dos afluentes do Rio Cuiabá, especialmente associadas ao assoreamento e rebaixamento do leito aluvial, é oriunda da produção aurífera em áreas de elevada susceptibilidade ambiental.

Entre as décadas de 1900 e 1920, garimpeiros migraram da Chapada Diamantina, na Bahia, para o leste de Mato Grosso, em busca de diamantes nos vales dos rios das Mortes, Garças e Araguaia, relata Barrozo (2015). Em 1923, garimpeiros oriundos do Rio das Garças redescobriram diamantes no Rio Pari (Alto Paraguai), afluente do Rio Paraguai. Dos garimpos da região, foram lavrados muitos quilates nas décadas seguintes, até o declínio da produção na década de 1960 (Barrozo, 2015). Em 1932, foram descobertos diamantes em Itiquira (sudeste do estado), minerados intermitentemente até a década de 2000 (Garcia et al., 2022). Na década de 1970, foram introduzidas as primeiras dragas nos garimpos esgotados de Alto Paraguai e Poxoréu (Barrozo, 2015). Nas regiões, ainda é possível observar extensas áreas desmatadas nas margens de rios e córregos, associadas ao assoreamento de suas margens, como herança maldita e não reivindicada da atividade garimpeira desenfreada.

O garimpo na região do Alto Paraguai passou, gradualmente, do trabalho individual do garimpeiro com a bateia para a atividade semimecanizada (nas décadas de 1960 a 1980; Barrozo, 2015), que permitia a lavagem de maiores volumes de material aluvionar, resultando também em uma transformação mais rápida da paisagem ribeirinha (Fig. 8c). Neste contexto e ainda sem uma legislação ambiental rígida, que só veio a ser implementada com o fim da ditadura militar e após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (art. 255), a destruição de matas ciliares, rios e mananciais se intensificou, resultando em danos ambientais ainda notados depois de mais de cinco décadas.

Pesquisas da mineradora sul-africana DeBeers, em Juína, começaram em 1975 e motivaram um afluxo de garimpeiros que se avolumou nos anos de 1986 e 1987 (Barrozo, 2015, Santos & Janoni-Neto, 2015). Naquela década, foram descobertos os primeiros *pipes* kimberlíticos em Paranatinga e em Juína. Neste último campo kimberlítico (Nannini et al., 2017), entre 2006 e 2019, houve produção de diamantes no corpo Pandrea, sendo a primeira lavra garimpeira em fontes primárias no país.

Um novo aporte migratório foi causado por novas descobertas de filões auríferos na capital

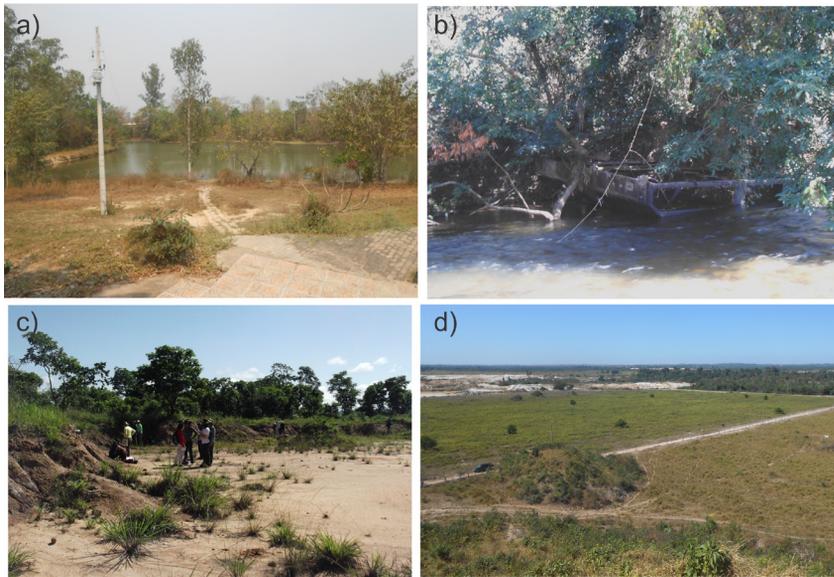


Figura 9. Registros de atividades mineiras em Mato Grosso. a) Barragem artificial, registro de mineração colonial, no distrito do Coxipó do Ouro (Cuiabá). b) Balsa de extração de ouro do início do século XX, encalhada no Rio Coxipó (Cuiabá). c) Garimpo de diamante das décadas de 1970-1980, abandonado, em Alto Paraguai (centro-sul do estado). d) Garimpos auríferos nas margens do Rio Peixoto, em Matupá (norte do estado), em junho de 2019. É possível observar as áreas de pasto e, ao fundo, áreas de garimpo (arenosas) e remanescentes de vegetação amazônica (verde escuro)

O garimpo no Vale do Rio Peixoto, na PAAF, vem se modernizando em paralelo ao processo de legalização da atividade por meio das cooperativas. Um dos maiores desafios da produção na região é o balanço entre produção e preservação das Áreas de Proteção Permanente (APP), exigidas por lei, que abrigam grande parte dos depósitos secundários aluvionares (Fig. 8d). Em paralelo, a exaustão dos depósitos tem forçado cooperativas e garimpeiros a investir em pesquisa de depósitos primários, sendo os de interesse imediato aqueles hospedados em veios e filões de quartzo.

do estado, que fizeram com que a população de garimpeiros de Cuiabá quadruplicasse entre 1982 e 1984 (Figueiredo, 1984). Os garimpos em veios e filões espalharam-se pela capital, incluindo a sua zona urbana, alguns dos quais permaneceram produzindo até a década de 2000. As áreas de produção, algumas englobadas pelo crescimento urbano, ainda exibem o resultado da atividade mineira predatória, materializado em extensas áreas desmatadas, com claras modificações em suas paisagens originais.

Dados sobre o garimpo no Brasil de 1983 apontam que cerca de 58.000 garimpeiros (19% do total do Brasil) mineravam ouro e diamantes em Mato Grosso, produzindo mais de 70 milhões de dólares, que equivalia a 14,5% da produção dos garimpos brasileiros, estando apenas atrás do Pará (Figueiredo, 1984). Além das regiões de produção histórica, destacavam-se novas áreas, como Alta Floresta-Peixoto de Azevedo (na PAAF) com extração de ouro, e Poxoréu, pela produção de diamantes (Salomão, 1984). Movimentos similares ocorreram em regiões de mineração histórica de ouro, como Pontes e Lacerda e Nova Xavantina que, inicialmente invadidas por garimpeiros na década de 1980, a partir da década de 2000 passaram a sediar grandes minerações, adequadas aos parâmetros ambientais e padrões internacionais de pesquisa mineral.

Tal tendência reproduz o que vem ocorrendo na Baixada Cuiabana nas últimas quatro décadas, com a intensificação da produção de ouro em veios e filões (Silva et al., 2002) ou, mais recentemente, incluso em sulfetos disseminados nas rochas metassedimentares (Silva et al., 2020). Na década de 2020, a produção aurífera se dá em filões auríferos na zona rural de Cuiabá e de expansão urbana de Várzea Grande e é mantida por pequenas e médias empresas. Nas regiões mais remotas, como nos distritos do Coxipó do Ouro e Coxipó da Ponte, ainda há pontos de garimpo ilegal, tanto nos aluviões quanto nas mineralizações primárias. Em diferentes regiões do estado, o processo de legalização por meio de cooperativas demonstra que garimpeiros vêm tentando se adequar legalmente e se desvencilhar de sua imagem estigmatizada, considerada por Ribeiro (2015) como oriunda das suas origens históricas ligadas ao contrabando, à criminalidade e à miséria.

O estado de Mato Grosso foi produtor de metais ferrosos desde a época colonial, com as lavras do minério de ferro e manganês no maciço de Urumum, em Corumbá, que tiveram sua produção potencializada pelas minas da Vale do Rio Doce, cuja operação iniciou-se em 1976, ano anterior ao da criação do estado de Mato Grosso do Sul. A produção dos chamados “metais base” (cobre, chumbo

e zinco) em Mato Grosso, ainda pouco expressiva, teve início com a descoberta do depósito de Pb-(Zn) Ranchão, em Santo Antônio de Leverger (cerca de 50 km de Cuiabá), que iniciou e encerrou suas operações na década de 1940, motivado pelo crescimento da indústria bélica, no âmbito da Segunda Guerra Mundial (Souza et al., 2021).

Desses metais, o estado também registrou produção de cobre no depósito Cabaçal, em Araputanga, que, embora descoberto em 1879, foi convertido em mina mecanizada e subterrânea apenas em 1987, tendo suas atividades encerradas quatro anos depois (Garcia et al., 2021). Nos últimos anos, empresas vêm retomando as pesquisas minerais para a ampliação de antigas reservas e descoberta de novos depósitos de cobre e ouro nas rochas meta-vulcanossedimentares da região. Similaridades podem ser estabelecidas entre Cabaçal e o depósito de Aripuanã, na cidade homônima. Este depósito de zinco, descoberto em 1998, também possui natureza polimetálica (com Pb-Ag-Cu-Au associados), é hospedado por sequências meta-vulcanossedimentares e é igualmente paleoproterozoico (Biondi et al., 2013). A empresa NEXA obteve autorização da ANM e planeja iniciar a produção de zinco, em mina subterrânea, no ano de 2022.

Descobertas de ouro fino, com poucas pepitas, geraram uma pequena corrida do ouro para Aripuanã de cerca de 2.000 garimpeiros ilegais, iniciada em 2018 (Corrêa, 2018). No auge do garimpo ilegal, a região experenciou um aumento expressivo dos índices de criminalidade, especialmente de homicídios (Siqueira, 2019). Tal situação levou a operações policiais e posteriores negociações para legalização do garimpo em Aripuanã, que resultaram na assinatura de um Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta pela cooperativa de garimpeiros, em acordo com a NEXA e o governo, em julho de 2020. A atividade garimpeira ilegal continuou ocorrendo (Carvalho, 2021), em busca das ocorrências superficiais em meio ao solo amazônico. Além dos problemas sociais, tais atividades ampliaram o desmatamento da já restrita vegetação amazônica no noroeste do estado.

Situação semelhante ocorre na PAAG, com episódios conflituosos de atividade garimpeira desde meados da década de 1980, com recorrências em 2010 (Pinto, 2010), 2015, 2016, 2018 e 2020, com recentes tentativas de legalização do garimpo. Os principais pontos contenciosos a partir da década de 2000 referem-se a disputas com empresas detentoras dos direitos minerais das áreas. O mais antigo

(década de 1980), que marcou o início do garimpo moderno no Alto Guaporé, teve seu auge em 1987, com intenso fluxo de garimpeiros principalmente maranhenses, segundo Monteiro et al. (2006). Os autores relatam constantes conflitos com indígenas, que resultaram no fim do ciclo no início dos anos 1990 e na necessidade de militares para demarcar a Terra Indígena Sararé.

Na década de 2020, a violência contra os povos originários, além da atividade ambientalmente predatória, ainda constitui o principal conflito ambiental imposto pela mineração ilegal em Mato Grosso. Em muitos casos, o garimpo legalizado tem seu início em atividades ilegais, que resultam em passivos sociais e ambientais não assumidos pelo governo ou pelas cooperativas. Mesmo que a mineração em Terras Indígenas tenha sido virtualmente proibida pela Constituição Federal de 1988, que garante o direito à terra às populações autóctones, na prática as populações indígenas têm dificuldade de garanti-lo (Tomporoski et al., 2019).

Em 2020, mais três mil requerimentos de pesquisa mineral sobrepostos a terras indígenas da Amazônia tramitavam no sistema da ANM, que havia garantido 58 autorizações de pesquisa, em sua maioria nos estados do Pará e Mato Grosso (Potter & Andrade, 2020). As concessões, assim como a liberação da mineração às margens de terras indígenas, mesmo legalizadas, geralmente acabam por fomentar a produção mineral ilegal dentro das terras demarcadas, que tem como resultado um rastro de destruição ambiental, grilagem e violência contra populações indígenas.

Considerações finais

A ocupação e exploração do espaço do estado de Mato Grosso por não indígenas estão inexoravelmente ligadas à prospecção mineral, desde que os primeiros exploradores portugueses atravessaram o atual sul do estado em busca de ouro e prata do Império Inca, no século XVI. Os primeiros núcleos de ocupação foram fundados por bandeirantes, inicialmente motivados pela caça à população indígena. Ao se depararem acidentalmente com pepitas de ouro em cursos d'água, os bandeirantes estabeleceram inicialmente arraiais e depois vilas, que garantiram o domínio da capitania de São Paulo e da coroa portuguesa sobre os territórios mais ocidentais do Brasil, no início do século XVIII.

A mineração, primeiramente de ouro e depois de diamante, foi a principal atividade econômica

da região, posteriormente convertida em capitania e província (e por fim estado), no primeiro de seus três séculos de colonização. A busca por ouro e diamantes garantiu a ocupação dos vales do Cuiabá, Guaporé e Alto Paraguai, nas regiões centro-sul e sudoeste do estado. A produção desses bens minerais era assunto recorrente nas correspondências oficiais, sendo o interesse econômico primário da coroa portuguesa no século XVIII e início do XIX. Adicionalmente, a lavra de ouro sustentava a resistência de grupos marginalizados, como quilombolas. A produção mineral colocou Mato Grosso nas primeiras publicações sobre a Geologia do Brasil, nas décadas de 1810 a 1830, e fundamentava as menções feitas à região no plano político-econômico. Antes da metade desse século, a produção mineral entrou em declínio, perdendo o protagonismo para a pecuária, o extrativismo e a agricultura.

A primeira metade do século XX foi marcada pela entrada de Mato Grosso no mercado mineral industrializado, o que inclui a produção de metais base (Cu e Pb), no sul do estado. Em paralelo, o garimpo de ouro e diamante experienciou, ao menos, dois importantes momentos de retomada, nas décadas de 1920-1930 e 1970-1980. Nestas oportunidades, em paralelo ao recomeço do garimpo em regiões históricas (Cuiabá e Alto Paraguai, por exemplo), novas fronteiras foram estabelecidas pelos garimpeiros, como Alta Floresta-Peixoto de Azevedo (ouro) e Poxoréu e Juína (diamantes).

As décadas iniciais do século XXI trazem investimentos em pesquisa mineral por parte de mineradoras. As primeiras minas adequadas a padrões internacionais foram então implantadas, juntamente com o expressivo aumento de requerimentos de pesquisa. Mesmo que proibidas por lei, no estado, há autorizações de pesquisa em terras indígenas. Nota-se uma tentativa de adequação legal, ambiental e tecnológica de grupos de garimpeiros, que se organizam em cooperativas. Tal fenômeno, porém, não extingue a atividade garimpeira ilegal e predatória, muitas vezes em áreas protegidas, resultando no aumento da criminalidade e da destruição ambiental. Neste âmbito, influxos migratórios ainda são comuns e recorrentes, em pequenas “corridas do ouro” para determinadas regiões do estado. Nesse cenário, é possível afirmar que a mineração, além de responsável pelo início da colonização do estado, continua representando um papel de relevância na economia, no desenvolvimento de conhecimentos geocientíficos e na ocupação territorial de Mato Grosso.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao essencial apoio prestado pelos profissionais do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR-UFMT). Os autores são gratos às valiosas sugestões dadas pelo Prof. João Carlos Barrozo (UFMT), que elevaram a qualidade do manuscrito final. No mesmo sentido, os autores agradecem às minuciosas correções feitas pelo Editor, Prof. Celso Dal Ré Carneiro, e por dois/duas revisores/as anônimos/as. A autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado (código 001).

Referências

- Abreu, C. (2009). *Capítulos da história colonial [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social. 195p. URL: <https://books.scielo.org/id/kp484>. Acesso 10.10.2022.
- Almeida, F. F. M. (1984). Província Tocantins. Setor sudoeste. In: Almeida, F.F.M., Hasui, Y. (Eds.). 1984. *O Pré-Cambriano do Brasil*. São Paulo: Ed. Edgard Blücher. p. 265-281.
- Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT)*. (s.d.). *Manual de Aplicação da Marca ALMT*. Cuiabá: ALMT. URL: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/publicacao/1453914585.pdf>. Acesso 10.10.2022.
- Agência Nacional de Mineração. (ANM). (2021). Maiores arrecadadores CFEM, 2021. Brasília: Ministério de Minas e Energia. URL: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso 10.10.2022.
- Assis, E. (1994). *Mapas de habitantes de Mato Grosso, 1768-1872, guia de pesquisa*. (Dissertação Mestrado). São Paulo: Departamento de História, Universidade de São Paulo. URL: <https://caph.fflch.usp.br/node/12764>. Acesso 10.10.2022.
- Barrozo, J. C. (2007). *Em busca da pedra que brilha como estrela: garimpos e garimpeiros do Alto do Paraguai-Diamantino*. Cuiabá: Ed. UFMT. 256p.
- Barrozo, J. C. A. (2015). Descoberta e exploração do diamante em Mato Grosso: riqueza e pobreza. In: Santos, J. C., Neto, J. V. (Orgs.). 2015. *A história na fronteira. Garimpos em Mato Grosso na segunda metade do século XX*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2015. p. 19-46.
- Biondi, J. C., Santos, R. V., & Cury, L. F. (2013). The Paleoproterozoic Aripuanã Zn-Pb-Ag (Au, Cu) Volcanogenic Massive Sulfide Deposit, Mato Grosso, Brazil: Geology, Geochemistry of Alteration, Carbon and Oxygen Isotope Modeling, and Implications for Genesis. *Economic Geology*, 108, 781-811. doi: 10.2113/econgeo.108.4.781
- Caminha, P. V. A. (1500). *Carta de Pero Váz de Caminha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. URL: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso 10.10.2022.
- Carvalho, J. (2021). *Operação integrada desativa garimpos ilegais em Aripuanã*. Secretaria de Estado do

- Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT)*. Cuiabá: Sema-MT. URL: <http://www.mt.gov.br/-/16291663-operacao-integrada-desativa-garimpos-ilegais-em-aripuanã>. Acesso 10.10.2022.
- Chaves, O. T. (2014). América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. *Revista Territórios & Fronteiras*, 7, 218-234. doi: 10.22228/rt-f.v7i2.352
- Corrêa, V. (1968). Mato-Grosso (Como surgiu, como evoluiu). *Revista de História*, 37(75), 213-220.
- Corrêa, A. F. (2018). *Garimpo ilegal em Aripuanã é destaque no Domingo Espetacular*. Assista. Cuiabá: Gazeta Digital. URL: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/garimpo-ilegal-em-aripuanã-e-destaque-no-domingo-espetacular-assista/555948>. Acesso 10.10.2022.
- Costa, M. F. (1999). *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade. 278p.
- Costa, A. C. D., Nascimento, M. A. L., Silva, C. H., & Migliorini, R. B. (2021a). Three hundred years of gold diversity in the Historic Center of the Gold City, Cuiabá, Brazil. *Journal of the Geological Survey of Brazil*, 4(S11), 29-36. doi: 10.29396/jgsb.2021.v4.S11.10
- Costa, A. C. D., Nascimento, M. A. L., Silva, C. H. (2021b). Roteiro Geoturístico pelos edifícios históricos do centro de Cuiabá (MT). In: Del Lama, E. A. (org.). (2021). *Patrimônio em pedra*. São Paulo: Instituto de Geociências-USP, CAPES, CNPq, FAPESP. p. 212-224.
- CPRM/SGB. Serviço Geológico do Brasil. (s.d.). *GeoSGB: Dados, informações e produtos do Serviço Geológico do Brasil*. Brasília: CPRM. URL: <https://geosgb.cprm.gov.br/>. Acesso 10.10.2022.
- Eschwege, W. L. (2011). *Pluto brasiliensis*. Brasília: Senado Federal. 722p. (Edições do Senado Federal, v. 140).
- Esselin, P. M. A. A escravização indígena e o processo de ocupação territorial de Mato Grosso. (2019). *Estudos Históricos, CDHRPγB*, 21, 1-19.
- Field, M., Stiefenhofer, J., Robey, J., & Kurszlaukis, S. (2008). Kimberlite-hosted diamond deposits of southern Africa: a review. *Ore Geology Reviews*, 34, 33-75. doi: 10.1016/j.oregeorev.2007.11.002.
- Figueiredo, B. R. (1984). Garimpo e mineração no Brasil. In: Rocha, G. A. (Org.). 1984. *Em busca do ouro: garimpo e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero. p. 11-34.
- Florence, H. (1977). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp. 327p.
- Fundação Nacional do Índio (Funai). (s.d.). *Geoprocessamento e Mapas*. Brasília: Funai. URL: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso 10.10.2022.
- Garcia, P. M. P., Guedes, M. E. P. A., Pereira, R. G. F. A., Rios, D. C., & Carvalho, W. P. (2021). Controvérsias na descoberta do cobre na Bahia e no Brasil: uma análise histórico-geológica. *Anuário do Instituto de Geociências*, 44, 41921. doi: 10.11137/1982-3908_2021_44_41921
- Garcia, P. M. P., Wéska, R. K., & Dantas, E. L. (2022). Sedimentology, geomorphology, structural controls, and detrital zircon ages of the Itiquira River diamond placer deposits, Mato Grosso, western Brazil. *Journal of South American Earth Sciences*, 114, 103712. doi: 10.1016/j.jsames.2022.103712
- Hasui, Y. Compartimentação Geológica do Brasil. (2012). In: Hasui, Y., Carneiro, C. D. R., Almeida, F. F. M. de, Bartorelli, A. (Eds.). (2012). *Geologia do Brasil*. São Paulo: Editora Beca. p. 112-122.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2010). *Censo 2010*. URL: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso 10.10.2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2017). Retratos. *A Revista do IBGE*, (6), dez. 2017. URL: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rti_2017_n6_dez.pdf. Acesso 18.08.2019.
- Janse, A.J.A. (2007). Global Rough Diamond Production since 1870. *Gems & Gemology*, 43, 98-119.
- Jesus, N. M. (2012). A Capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, 5(2), 93-113. doi: 10.22228/rt-f.v5i2.168
- Jesus, N. M. (2018). Bandeiras e bandeirantes nas Minas do Cuiabá: pacto político, apaziguamento e conflitos (1719-1727). In: Roiz, D. S., Arakaki, S., & Zimmermann, T. R. (Orgs.). (2018). *Os Bandeirantes e a Historiografia brasileira: questões e debates contemporâneos*. Serra: Editora Milfontes. p. 13-32.
- Kaminsky, F.V. (2017). Non-kimberlitic diamondiferous igneous rocks: 25 Years on. *Journal of the Geological Society of India*, 69, 577-675.
- Klein, C., & Ladeira, E. A. (2004). Geochemistry and mineralogy of Neoproterozoic banded-iron formations and some selected, siliceous manganese formations from the Urucum District, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Economic Geology*, 99, 1233-1244. doi: 10.2113/gsecongeo.99.6.1233
- Lacerda-Filho, J.V., Abreu-Filho, W., Valente, C. R., Oliveira, C. C., & Albuquerque, M. C. (2004). *Geologia e Recursos Minerais do Estado de Mato Grosso*. Goiânia: CPRM (Serviço Geológico do Brasil). 200p.
- Lacerda-Filho, J.V., Brito, R. S. C., Silva, M. G., Oliveira, C. C., Moreton, L. C., Martins, E. G., Lopes, R. C., Lima, T. M., Larizzatti, J. H., & Valente, C. R. (2006). *Geologia e Recursos Minerais do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: CPRM (Serviço Geológico do Brasil). 121p.
- Lima, A. N. (2010). *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. (Dissertação Mestrado). São Paulo: Departamento de História, Universidade de São Paulo. URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062011-143559/en.php>. Acesso 10.10.2022.
- Lima, A. N. (2016). *Rusga: participação política, debate público e mobilizações armadas na periferia do Império (Província de Mato Grosso, 1821-1834)*. (Tese Doutorado). São Paulo: Departamento de História, Universidade de São Paulo. URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102016-130459/pt-br.php>. Acesso 10.10.2022.
- Machado, I. F., & Figueirôa, S. (2021). *História da Mineração Brasileira*. Curitiba: CRV. 732p.
- Malavota, L. M., & Martins, M. S. N. (2021). A Exposição Universal de Viena de 1873 e o Congresso Internacional sobre Patentes. *Revista Brasileira de*

- História da Ciência*, 14, 22-35. doi: 10.53727/rbhc.v14i1.466
- Maltez, J. A. (2009). *Estrutura do Governo*. História portuguesa. Última revisão em: 20-01-2009. URL: <http://maltez.info/respublica/topicos/aalettrag/governo.htm>. Acesso 10.10.2022.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da econômica política. Livro I. O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Miranda, J. G. (1997). *A produção de ouro do Estado de Mato Grosso*. (Dissertação Mestrado). Campinas: Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. URL: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/114591>. Acesso 10.10.2022.
- Monteiro, S. T. et al. (2006). *Plano diretor urbano de Pontes e Lacerda*. Pontes e Lacerda: Poder Executivo Municipal. 59p.
- Nannini, F., Cabral-Neto, I., Silveira, F. V., Cunha, L. M., Oliveira, R. G., & Weska, R.K. (2017). *Projeto Diamante Brasil. Áreas Kimberlíticas e Diamantíferas do Estado do Mato Grosso*. Brasília: CPRM (Serviço Geológico do Brasil). 42p.
- Pacheco-Neto, M. (2015). *A escravidão indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos*. Dourados: Ed. UFGD. 176p.
- Pinto, V. N. (1975). Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Mota, C. G. (Org.). 1975. *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel.
- Pinto, A. C. (2010). *Mineradora cede direito de minerar a garimpeiros de Pontes e Lacerda*. Diário de Cuiabá, 7 nov. 2010. URL: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/191197/cidades2.htm>. Acesso 10.10.2022.
- Potter, H., Andrade, E. G. (2020). *Levantamento mostra avanço da mineração em terras indígenas*. DW – Natureza e Meio Ambiente | Brasil, 26 nov. 2020. URL: <https://www.dw.com/pt-br/levantamento-mostravanc%C3%A7o-da-minera%C3%A7%C3%A3o-em-terras-ind%C3%ADgenas/a-55713592>. Acesso 10.10.2022.
- Prado-Júnior, C. (1961). *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 6 ed. Brasília: Ed. Brasiliense. 464p.
- Prefeitura de Cuiabá. *Símbolos*. URL: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/simbolos/simbolos/7958>. Acesso 10.10.2022.
- Presotti, T. M. B. (2008). *Na trilha das águas. Índios e Natureza na conquista colonial do centro América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*. (Tese Doutorado). Brasília: Departamento de História, Universidade de Brasília. URL: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6380>. Acesso 10.10.2022.
- Ramos, J. R. A. (2000). Mineração no Brasil Pós-Colônia. In: Lins, F. A. F., Loureiro, F. E. V. L., & Albuquerque, G. A. S. C. (Orgs.). (2000). *Brasil 500 anos. A construção do Brasil e da América Latina: histórico, atualidade e perspectivas*. Rio de Janeiro: CTEM/MCT. p. 55-60.
- Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global. 368p.
- Romancini, S. R. (2005). Paisagem e simbolismo no Arraial pioneiro São Gonçalo em Cuiabá/MT. *Espaço e Cultura*, 19-20, 81-87. doi: 10.12957/espacoecultura.2005.3494.
- Rosa, C. A., & Jesus, N. M. (2003). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana. 231p.
- Rosa, J. H. (2008). *Entre alagados e penhascos: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século do século XVIII na Capitania de Mato Grosso. Região Mineradora Guaporeana*. (Dissertação Mestrado). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-16042009-113806/pt-br.php>. Acesso 10.10.2022.
- Sá, J. B. (1975). Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípio até os Presentes Tempos. Cuiabá: Edições UFMT.
- Salomão, E. P. (1984). O ofício e a condição de garimpar. In: Rocha, G. A. (Org.). 1984. *Em busca do ouro: garimpo e garimpeiros no Brasil*. São Paulo: Editora Marco Zero, p. 33-86.
- Santos, M. (2007). O dinheiro e o território. In: Santos, M., Becker, B. K. (Eds). 2007. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora. p. 13-21.
- Santos, J. C., Neto, V. J. (2015). A fronteira Noroeste: entre colonos e garimpeiros de Juína. In: Santos, J. C., Neto, J. V. (Orgs.). 2015. *A história na fronteira. Garimpos em Mato Grosso na segunda metade do século XX*. Cuiabá: Ed. UFMT. p. 47-72.
- Santos, R. L. (2018). *Cartografia geomorfológica retrospectiva do sítio urbano de Cuiabá (MT)*. (Tese Doutorado). São Paulo: Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. URL: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17052019-130122/pt-br.php>. Acesso 10.10.2022.
- Selvaggi, J. B. (1954). Diamantino no século XVIII. São Paulo, *Ásia*, XII(16), 43-48.
- Setúbal, P. (1956). *O ouro de Cuiabá*. 5 ed. São Paulo: Saraiva. 227p.
- Silva, C. H., Simões, L. S. A., & Ruiz, A. S. (2002). Caracterização estrutural dos veios de quartzo auríferos da região de Cuiabá (MT). *Revista Brasileira de Geociências*, 32, 407-418.
- Silva, M. F., Santos, D. R. V., & Souza, J. O. (2018). *Geologia e Recursos Minerais das Folhas Novas Xavantina SD.22-Y-B-IV e Placa Nativa SD.22-Y.A.VI*. Goiânia: Serviço Geológico do Brasil (CPRM).
- Siqueira, E. M. (2009). *História de Mato Grosso: Seleção de conteúdo para concurso público do Governo de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas.
- Siqueira, D. (2019). *Casos de homicídio em Aripuanã aumentam 367% após auge do garimpo ilegal*. Sesp-MT, 10 out. 2019. URL: <http://www.sesp.mt.gov.br/-/13048716-casos-de-homicidios-em-aripuanã-aumentam-367-apos-auge-do-garimpo-ilegal>. Acesso 10.10.2022.
- Tappert, R., Stachel, T., Harris, J.W., Muehlenbachs, K., & Brey, G.P. (2006). Placer Diamonds from Brazil: Indicators of the Composition of the Earth's Mantle and the Distance to Their Kimberlitic Sources. *Economic Geology*, 101, 453-470. doi: 10.2113/gsecongeo.101.2.453
- Tompsonski, A. A., Bueno, E., Woitowicz, F. C. G., & Vargas, L. P. (2019). A constituição cidadã e a questão da mineração em terras indígenas. *Revista Húmus*, 9(26), 442-448.